


Perfil docente de sociologia no Ceará

Domingos Sávio Abreu¹ 

Márcio Kleber Morais Pessoa² 

Gabriela Schneider³ 

Alessandra Biscaia de Andrade⁴ 

Resumo

O objeto do trabalho é analisar o perfil dos professores de sociologia do ensino médio que atuam no Ceará. A partir do desdobramento das análises iniciais, buscamos entender como o perfil do docente que leciona sociologia é produzido pelas redes de ensino. As informações foram coletadas nos microdados do Censo Escolar de 2020. Para realizar as interpretações dos dados estatísticos, foram utilizadas informações de fontes documentais. Alguns resultados: cerca de 84,0% estão na rede estadual e 97,5% têm formação superior. Quase 70,0% das docentes são temporárias, indicando precarização das relações de trabalho. Além disso, mais de 90,0% não são formadas em sociologia. Isso ocorre porque a rede estadual considera como equivalente a formação dos professores nas disciplinas de sociologia, geografia, filosofia, história e religião, criando um “intercâmbio” entre os cursos da área de humanas.

Palavras-chave: Educação escolar; Ensino médio; Trabalho docente; Ensino de sociologia.

Abstract

Profile of the teacher who teaches sociology in Ceará

The object of this paper is to analyze the profile of high school sociology teachers who work in Ceará. Based on the initial analyses, we sought to understand how the profile of the teacher who teaches sociology is produced by the teaching networks. Information was collected from the 2020 School Census microdata. To carry out the interpretation of the statistical data, information from documentary sources was used. Some results: around 84.0% are in the state education network and 97.5% have University education. Almost 70.0% of teachers are temporary, indicating precarious working relationships. Furthermore, more than 90.0% are not graduated in sociology. This is because the state network considers teacher training in the subjects of sociology, geography, philosophy, history and religion to be equivalent, creating an “exchange” between courses in the Humanities area.

Keywords: School education; High school; Teaching work; Sociology teaching.

¹ Universidade Federal do Ceará – UFC.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

³ Universidade Federal do Paraná – UFPR.

⁴ Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Resumen

Perfil del docente que enseña sociología en Ceará

El objetivo del trabajo es analizar el perfil de los profesores de sociología de la escuela secundaria que actúan en Ceará. A partir de los análisis iniciales, buscamos comprender cómo el perfil de los maestros que enseñan sociología es producido por las redes educativas. La información fue recopilada en microdatos del Censo Escolar de 2020. Para interpretar los datos estadísticos se utilizó información de fuentes documentales. Algunos resultados: alrededor del 84,0% están en la red estatal y el 97,5% tienen educación superior. Casi el 70,0% de los docentes son temporales, lo que indica relaciones laborales precarias. Además, más del 90,0% no tienen título en sociología. Esto se debe a que la red estatal considera equivalente la formación docente en las materias de sociología, geografía, filosofía, historia y religión, generando un “intercambio” entre carreras del área de humanidades.

Palabras clave: Enseñanza; Escuela secundaria; Trabajo docente; Enseñanza de la sociología.

Introdução

O direito à educação está garantido na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), sendo dever do Estado assegurá-la com base em uma série de princípios, dentre os quais: a garantia de padrão mínimo de qualidade, condições igualitárias de acesso e permanência, valorização dos profissionais.

O debate em torno da formação docente e de suas características foi e continua sendo central: analisar quem é o docente e quais as suas condições laborais auxilia na discussão e permite compreender melhor a realidade deste seguimento de trabalhadores da educação. Nesse sentido, o debate aqui proposto tem como foco o professor, porém, especificamente, aquele que trabalha com a disciplina de sociologia em escolas cearenses.

O objeto do estudo, portanto, é analisar o perfil dos professores de sociologia do ensino médio que atuam no Ceará, a partir de diferentes ângulos. Algumas variáveis nos serviram de janelas de observação e pelas quais o objeto de trabalho foi sendo construído, tais como: idade, sexo, cor/“raça”, formação universitária e tipo de contrato de trabalho. Ademais, a partir do desdobramento das análises iniciais, surgiu a necessidade de entender como o perfil do docente que leciona sociologia é produzido pelas redes de ensino cearenses, principalmente, pela rede estadual, responsável pela maior parte da oferta de matrículas e pela contratação de docentes para o ensino médio.

As informações sobre os docentes que lecionam a disciplina de sociologia no estado do Ceará foram coletadas nos microdados do Censo Escolar de 2020 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2020). Para realizar as interpretações de alguns dados estatísticos, informações de fontes documentais foram utilizadas. Portanto, este estudo usou duas estratégias: o uso de dados estatísticos e a pesquisa documental (Cellard, 2014), fazendo uso tanto da teoria já produzida em torno desta questão quanto daquela feita ao consultar a “literatura cinzenta” (documentos oficiais como leis, portarias, resoluções etc., em nível estadual e federal, por exemplo).

A intenção é descrever o perfil do profissional do ensino de sociologia do estado do Ceará. Para tal, foram considerados na análise dados referentes a 2.217 pessoas que lecionam a disciplina nas escolas cearenses. Três seções constroem o texto, além dessa introdução: uma de metodologia, uma que discute o perfil desses docentes e, por fim, as considerações finais dos autores.

Metodologia

O trabalho aqui proposto, de caráter exploratório, utiliza-se do Censo Escolar de 2020. O Censo é um levantamento realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que disponibiliza informações sobre a educação escolar no país. Nesse levantamento são coletadas informações sobre matrícula, turmas, escolas, gestores e docentes⁵.

A análise aqui proposta utiliza os dados da tabela de docentes. Nessa tabela são apresentadas as “funções docentes”, ou seja, esta tabela apresenta o dado de cada turma e disciplina em que um docente leciona. Isso significa que um mesmo professor aparece no banco de dados mais de uma vez. Em 2020, o banco contava com 11.304.950 linhas, ou seja, a quantidade de funções docentes no Brasil.

Cabe destacar que o banco de dados apresenta informações de docentes, tradutores, intérpretes de Libras, de guia-intérprete, de auxiliar/assistente educacional, de profissional de apoio escolar, de docente titular (coordenador de tutoria – módulo

⁵ Até 2021, o Inep liberava os microdados do Censo Escolar de cada uma das informações coletadas. Atualmente, os dados são disponibilizados apenas no nível de escola. Nesse novo formato de disponibilização dos dados, levantamentos como os apresentados nesse trabalho só podem ser realizados a partir do Serviço de Acesso a Dados Protegidos.

ou disciplina) EaD (educação a distância), de profissional monitor de atividade complementar, de docente tutor (auxiliar) EaD e de instrutor de educação profissional. Para este estudo, foram filtradas as informações ofertadas de forma a que fossem computados apenas os profissionais cuja função era docente ou docente titular EaD, que representam em torno de 95,1% das funções presentes no arquivo.

Um segundo filtro foi aplicado, visando guardar somente os dados dos docentes do Ceará que ministram aulas de sociologia. Para tal, se programou primeiro a base de dados do Censo para a produção de relatórios que digam respeito apenas ao Ceará; em seguida, se programou a mesma base de dados para que ela levasse em conta somente os professores que ministram a disciplina de sociologia. Tal seleção resultou em 11.307 funções docentes. Um terceiro procedimento foi realizado: agregou-se o total de docentes para que eles fossem contados apenas uma vez, chegando-se a um total de 2.217 pessoas. É sobre elas que é construída a descrição das características, tanto pessoais (sexo, cor/“raça”, idade), como das especificidades do universo de trabalho (dependência administrativa, localidade, tipo de vínculo, formação etc.). Os dados são apresentados na sequência.

Perfil docente

O primeiro dado apresentado é referente ao sexo: há uma distribuição equitativa entre homens e mulheres: 49,8% e 50,2%, respectivamente. Dessa forma, não existe a preponderância de um sexo em relação ao profissional que leciona a disciplina. O que destoa do conjunto geral dos demais docentes, no qual as mulheres são maioria, haja vista que, entre o total de docentes do ensino médio, esse percentual é de 41% para homens e de 59% para mulheres (Universidade Federal do Paraná [UFPR] & Universidade Federal do Goiás [UFG], 2020).

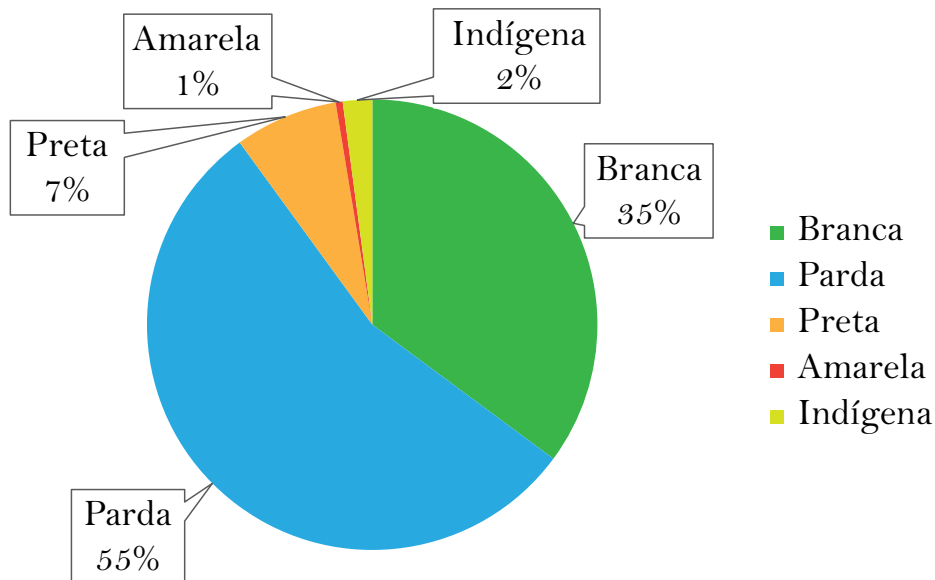
A idade média dos docentes de sociologia é de 40,6 anos, ou seja, são adultos jovens que, em tese, terão ainda muitos anos de trabalho antes da aposentadoria.

Em relação à categorização de cor/“raça”, é necessário destacar que 19,8% dos trabalhadores optaram por não declarar a sua⁶, logo, os dados apresentados carecem

⁶ Como o Censo Escolar é preenchido pela secretaria e pela direção da escola, pode haver problemáticas quanto à identificação e mesmo sua não identificação, por isso tais dados precisam ser utilizados com cautela. Ademais, é provável que a cor/“raça” tenha sido atribuída aos docentes em um processo de heteroidentificação.

de maior detalhamento. A não declaração é algo presente em diversos levantamentos, ainda que venha diminuindo ao longo dos últimos anos. De qualquer forma, em relação às respostas válidas, existe preponderância de pessoas que se declaram negras (62,2%), assim distribuídas: 54,8% pardas e 7,4% pretas. As pessoas que se consideram brancas representam 35,1%, e as que se dizem amarelas e indígenas não chegam a 3,0% da amostra (Gráfico 1). A proporção de docentes negros é maior do que aquela encontrada na sociedade brasileira, composta por cerca de 55,0% de pretos e pardos (os brancos são 42,0%). Todavia, é necessário destacar, novamente, que os dados contam com uma grande abstenção de respostas, o que pode ter distorcido as proporções.

Gráfico 1 – Cor/“raça” dos/as docentes de sociologia do Ceará.



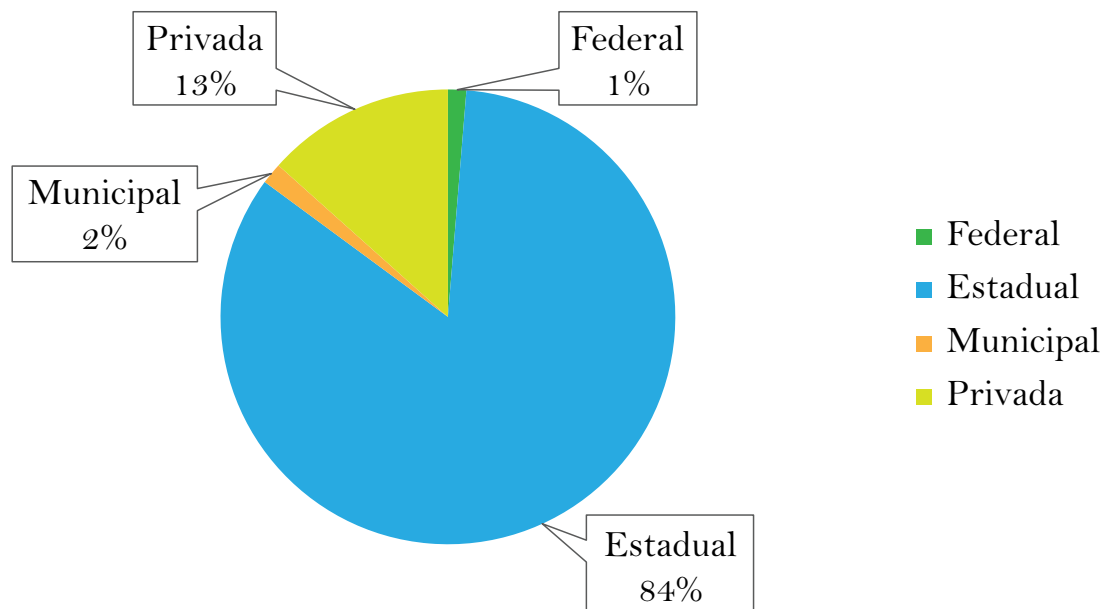
Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

Do total de 2.217 docentes, 91,7% atuam em área urbana, enquanto 8,3% lecionam em área rural. Tal distribuição é condizente com a distribuição de matrículas, tendo em vista que no Ceará 94,7% de matrículas do ensino médio estão na zona urbana, havendo aproximação entre número de matrículas e quantidade de docentes, ainda que se possa dizer que a proporção de docentes em área rural é levemente maior do que nas áreas urbanas, em comparação ao quantitativo de matrículas em cada área.

É importante destacar que 83,8% desses docentes estão ligados à esfera estadual, a principal responsável pela oferta de ensino médio no país, único nível de ensino em que a disciplina de sociologia era obrigatória, durante a realização da pesquisa. O percentual de professores em cada esfera é o seguinte: federal 1,0%, municipal 2,0%,

privada 13,0% e estadual com quase 84,0%. A maior concentração de docentes na rede estadual está em acordo com a diretriz da LDB de que esse ente federado tem a responsabilidade prioritária sobre o ensino médio (Art. 10) (Gráfico 2).

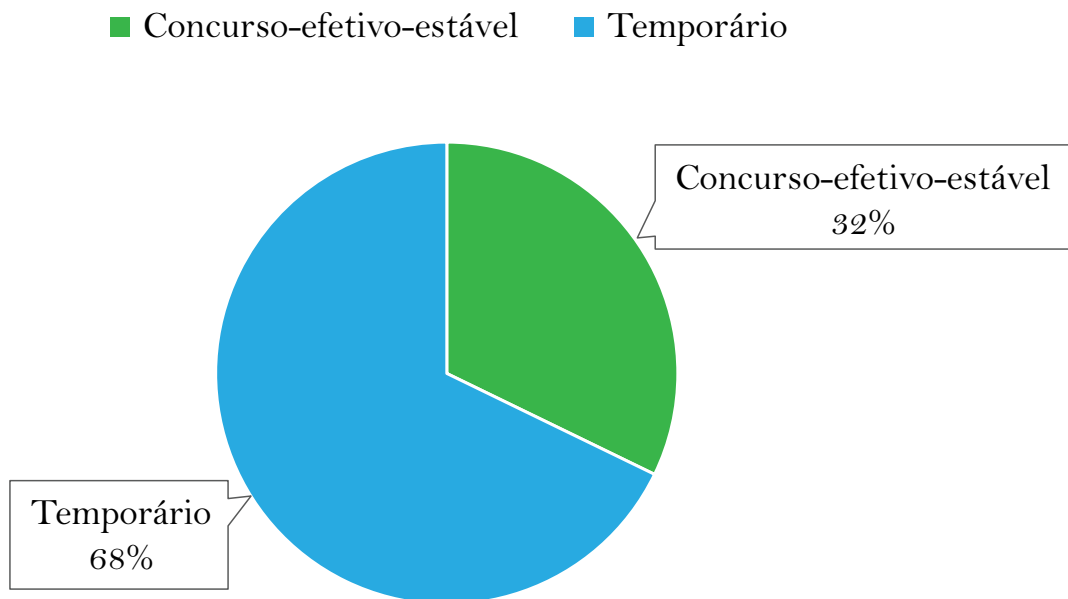
Gráfico 2 – Esfera administrativa na qual lecionam os/as docentes de sociologia do Ceará.



Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

Esses trabalhadores se dividem em duas categorias de contratação, considerando os termos do Censo Escolar: concurso-efetivo-estável e temporário, com as seguintes proporções: 28,0% e 59,0%, respectivamente, totalizando 87,0%. Há 13,0% de casos omissos, que se referem aos profissionais da rede privada, visto que para a escola privada essa informação não é exigida. Dito isso, as porcentagens válidas são as seguintes: 32,2% de concurso-efetivo-estável e 67,8% de temporário nas esferas públicas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tipo de contrato dos/as docentes de sociologia do Ceará.



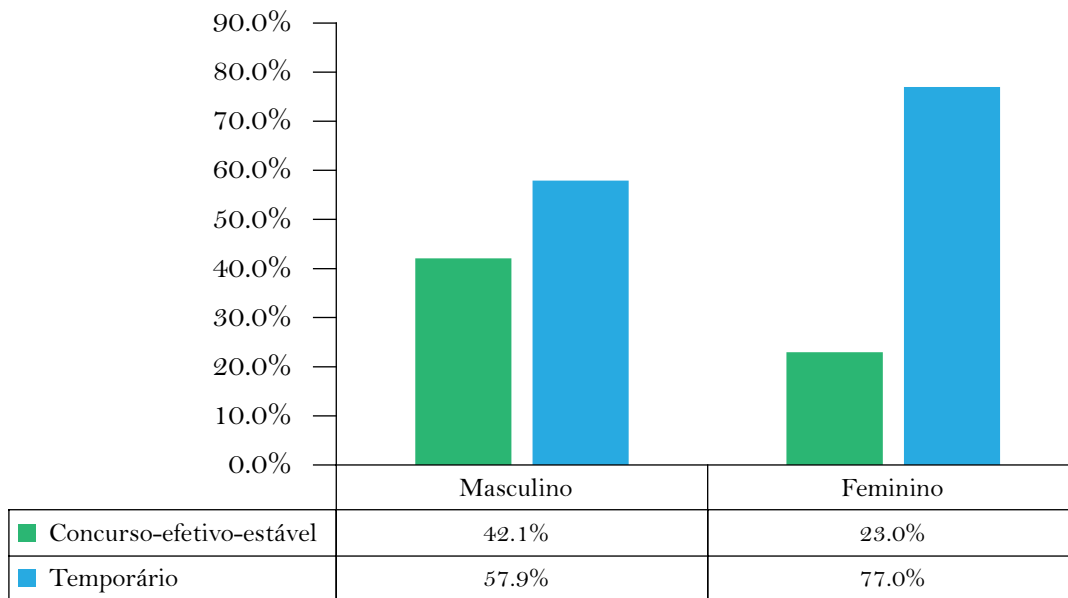
Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

A LDB exige que a contratação docente seja feita por meio de concurso público (Art. 67). Todavia, a Constituição de 1988 destaca haver casos em que a administração pública pode realizar contratações temporárias (Art. 37), por tempo determinado, em casos específicos. No campo educacional, entretanto, tem se verificado um crescimento desse tipo de contrato, havendo redes estaduais que acabam tendo mais profissionais contratados temporariamente do que trabalhadores concursados (UFPR & UFG, 2020).

No caso da disciplina de sociologia no Ceará, os dados analisados indicam que dois de cada três docentes são temporários, realidade complexa para o profissional que ensina a disciplina de sociologia, devido à instabilidade no cargo. A precarização do trabalho docente, por meio da contratação temporária, contudo, não atinge apenas os docentes de sociologia, sendo um fenômeno que tem apresentado crescimento nos últimos anos, e que tem afetado de forma significativa as condições de trabalho e, conseqüentemente, a tarefa desenvolvida por esses profissionais. Segundo Costa e Muller (2021, p. 183), “nesse mote, dois fenômenos crescentes são o trabalho temporário e o parcial, sendo esses destituídos de direitos trabalhistas ou com redução substancial desses”. Segundo Pessoa (2021), a média de carga horária de docentes temporários na rede estadual do Ceará é de 22h semanais, o que caracteriza tempo parcial de trabalho para a grande maioria dos profissionais desta disciplina na referida rede de ensino.

Ao analisar o vínculo cotejado com o sexo, percebe-se que o percentual de mulheres com vínculos temporários é superior ao de homens (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Relação entre tipo de contrato e sexo dos/as docentes de sociologia do Ceará.



Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

O detalhamento dos dados por sexo indica que ambos os sexos possuem mais contratos temporários, mas se, entre os homens, a diferença do percentual dos temporários em relação ao dos concursados é de 15,8 pontos; entre as mulheres, essa diferença é de 54 pontos. Isso aponta para uma caracterização feminina do cargo temporário. Ao estudar a rede de educação básica do Ceará⁷, Pessoa (2021) afirma que o cargo temporário é majoritariamente feminino, isto é, que a mulher é quem mais vivencia esse tipo de cargo, que veta direitos, não garante estabilidade e que pode ser encerrado a qualquer momento, a depender da motivação da direção escolar. O autor cria tipificação ideal a partir dos dados coletados e conclui que o profissional temporário tem as seguintes características:

é mulher, tem entre 30 e 45 anos, pode ser casada ou solteira, tem filho(s), é parda e católica. Não é representada pelo sindicato APEOC. Exerce trabalho de meio período com grande variação de carga horária à sua revelia, além de haver discontinuidades de contrato, de tempo de trabalho e de salário. Não

⁷ O autor realizou pesquisa estatística por amostragem válida.

é raro que tenha segundo emprego. Dificilmente atua por mais de dez anos como temporária (Pessoa, 2021, p. 253).

Pessoa (2021) demonstrou ainda, por meio de dados do Portal da Transparência do Ceará, que existe grande variação de carga horária entre docentes temporários: o autor escolheu dez professores temporários de forma aleatória e acompanhou as mudanças em seus contratos em um intervalo de seis anos:

apenas 2 de 10 não tiveram rompimento total de vínculo no intervalo de 2014 a 2020. Os demais, mesmo que por um período relativamente curto, não tiveram vínculo empregatício como temporário. Apesar disso, os dez casos contaram com variação de carga horária, inclusive durante o ano letivo, o que impede qualquer tipo de planejamento dos trabalhadores a médio e a longo prazo (Pessoa, 2021, p. 190).

Dessa forma, é patente que o cargo temporário docente contribui para o que se chama de precarização do trabalho, visto que limita direitos do trabalhador, ao passo que aumenta a liberdade do empregador de decidir sobre os procedimentos relacionados àquele cargo, em contrapartida à redução da margem de manobra do empregado (Pessoa, 2021).

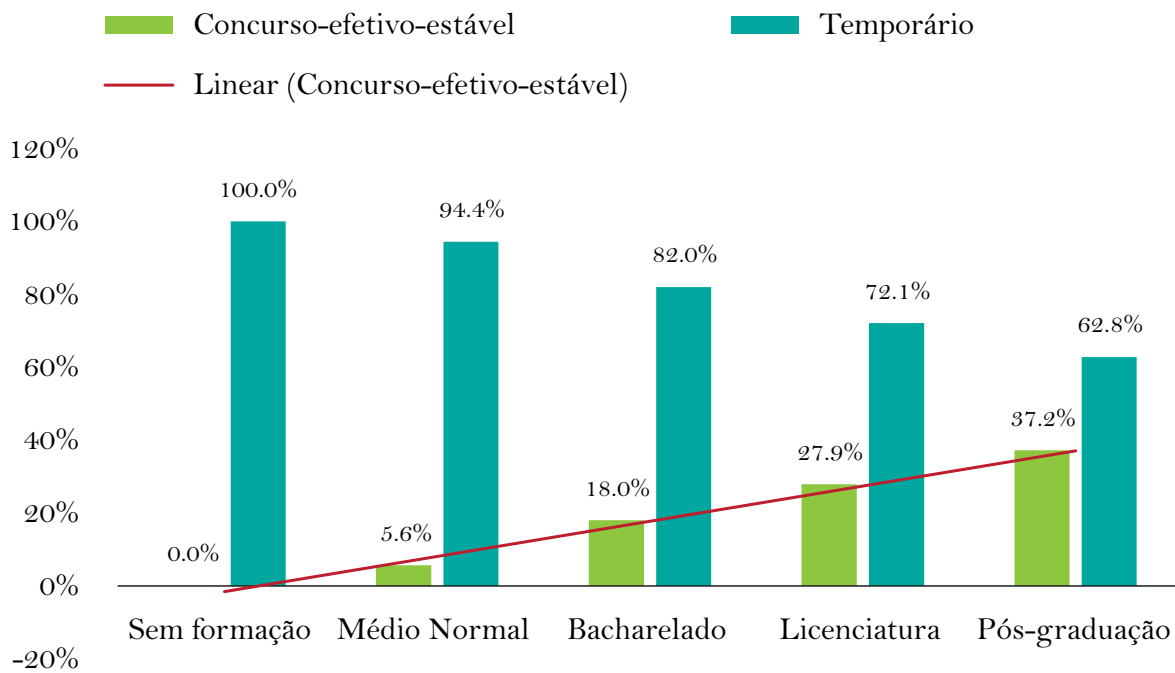
Pessoa (2021) destaca que o capitalismo hodierno, pós-1970, utiliza técnicas para engajar os trabalhadores na produção, o que é identificado por Toyotismo, a partir de experiências bem-sucedidas na indústria, que, posteriormente, migraram para outros setores econômicos, assim como para o setor público, por meio de práticas gerencialistas, que, buscam mimetizar no serviço público o tipo de gestão do setor privado.

Dito isso, a prevalência do cargo temporário entre docentes de Sociologia do Ceará indica condições objetivas para a “captura da subjetividade” desses indivíduos, nos termos de Alves (2011).

Após essa discussão, é possível compreender que a situação de parte dos docentes de sociologia das escolas do Ceará é de precarização das relações de trabalho, visto que dois de cada três professores são temporários, o que significa que não possuem carga horária de trabalho estável e que podem ter seu contrato de trabalho rompido a qualquer momento, um possível contratempo para os docentes e para a disciplina.

Continuando com a análise dos dados do Censo, outra constatação sobre tipos de cargo é sua relação com a formação docente. O Gráfico 5 indica isso.

Gráfico 5 – Relação entre formação e tipo de contrato dos/as docentes de sociologia do Ceará.



Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

Como se pode perceber, o diagrama indica que, quanto mais elevada a formação acadêmica, maior a prevalência de cargo efetivo, conforme indica a linha de tendência, que mostra crescimento linear. Apesar disso, não é possível afirmar que formação em graduação ou pós-graduação caracterize cargos efetivos, visto que são os cargos temporários que mais caracterizam qualquer grau de formação. Mesmo no caso de quem possui pós-graduação, cerca de dois de cada três cargos são temporários. Além disso, com as informações que dispomos na pesquisa, não nos é possível aferir sobre efeito de causalidade: se o diploma tem efetividade sobre o tipo de contrato, ou, ao contrário, se o fato de ter um contrato estável é que influencia a maior proporção de pós-graduados desse grupo.

Assim, talvez seja a política de formação continuada dos professores que sirva de mola mestra para essa dinâmica, pois, considerando a rede estadual do Ceará, um servidor de carreira tem direito a afastamento para estudos, enquanto um servidor temporário, não. No entanto, mais uma vez, não nos é possível confirmar essa hipótese.

É ainda importante dizer que é comum em escolas brasileiras que pessoas sem formação adequada ensinem as mais variadas disciplinas, conforme indicam dados de adequação da formação docente (Inep, 2020).

O estudo feito por Costa, Brito e Waltenberg (2020) identifica uma relação estreita entre a formação do professor no conteúdo próprio da disciplina que ele ensina e os resultados positivos de seus alunos. Os autores entendem que:

Possuir conhecimento de conteúdo específico sobre a disciplina lecionada seria essencial para acompanhar o processo de aprendizado, permitindo ao professor compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos. O domínio do conteúdo também possibilitaria ao professor ser criativo na elaboração de oportunidades de aprendizado que contemplem as experiências, os interesses e as necessidades de cada aluno (Costa et al., 2020, p. 373).

Considerando o Censo de 2020, a porcentagem de profissionais que lecionam sociologia e que têm formação em licenciatura ou que têm complementação pedagógica – formação adequada para o cargo – é de 90,5%, ante 9,5% que não possuem esse tipo de formação. No que diz respeito ao conjunto dos docentes do Ceará, Pessoa (2021) mostra que, em 1972, o ensino secundário (atual ensino médio) da rede estadual do Ceará contava com apenas 28,0% de docentes com formação superior. Em 1986, essa porcentagem já havia saltado para 80,0%. Em 2001, avançou para 87,3%. Em 2016, já eram 98,7% aquelas pessoas com formação superior (Quadro 1).

Quadro 1 – Proporção de docentes com ensino superior na rede estadual do Ceará em anos de referência.

Ano	1972	1986	2001	2016
Proporção de docentes com formação em ensino superior	28,0%	80,0%	87,3%	98,7%

Fonte: Pessoa (2021).

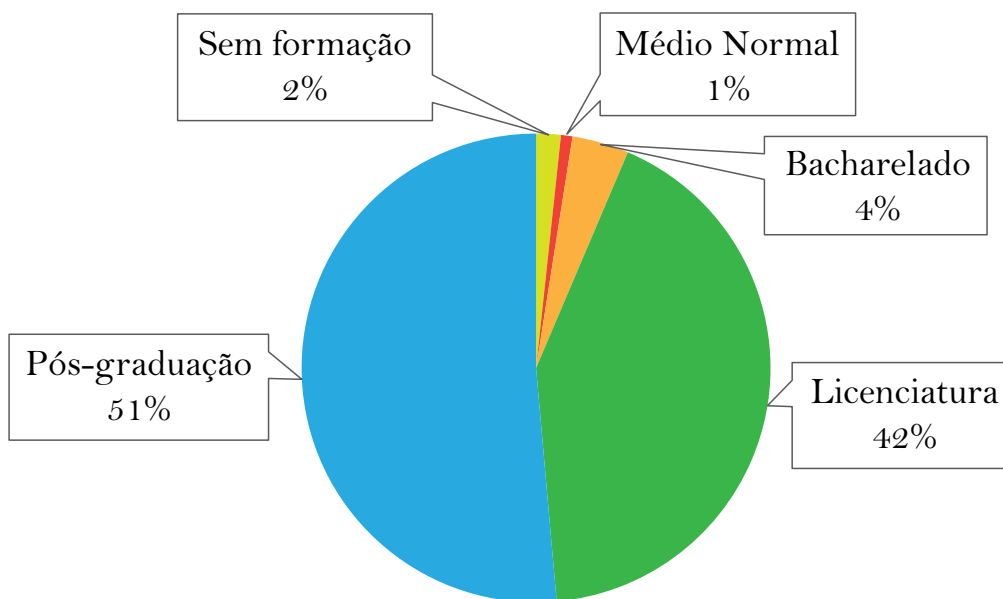
Uma informação que pode contribuir para a compreensão desse dado é a seguinte: a primeira universidade a ser criada no estado do Ceará data da década de 1950, logo, a oferta de mão de obra qualificada passou a crescer a partir daquele momento. A LDB, de 1996, também trouxe a exigência da formação em licenciatura para atuação no magistério no ensino médio. Em 2008, foi aprovada a lei do piso salarial profissional nacional para profissionais do magistério (Lei nº 11.738), o que garantiu maiores ganhos para os docentes da educação básica, além de aumento do tempo destinado a atividades sem interações com os discentes. Isso também deve ser considerado para

o crescimento do número de profissionais com formação adequada, visto que o cargo se tornou mais atrativo. No mesmo sentido, os concursos públicos passaram a cobrar formação específica em licenciatura, o que ocorreu no Ceará a partir de 1997⁸, o que contribui para garantir a formação correspondente ao cargo.

Os dados do Censo Escolar de 2020, que dizem respeito ao ensino de sociologia, nos informa que o nível de formação desses docentes é distribuído da seguinte forma: 1,7% não têm formação mínima, 0,8% são formados em ensino médio normal, 3,9% têm bacharelado ou título de tecnólogo, 42,2% têm licenciatura ou complementação pedagógica e 51,4% possuem nível de pós-graduação (com prevalência de especialização, que representa quase a totalidade dos títulos de pós-graduação) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Formação dos/as docentes de sociologia do Ceará.

■ Sem formação ■ Médio Normal ■ Bacharelado ■ Licenciatura ■ Pós-graduação



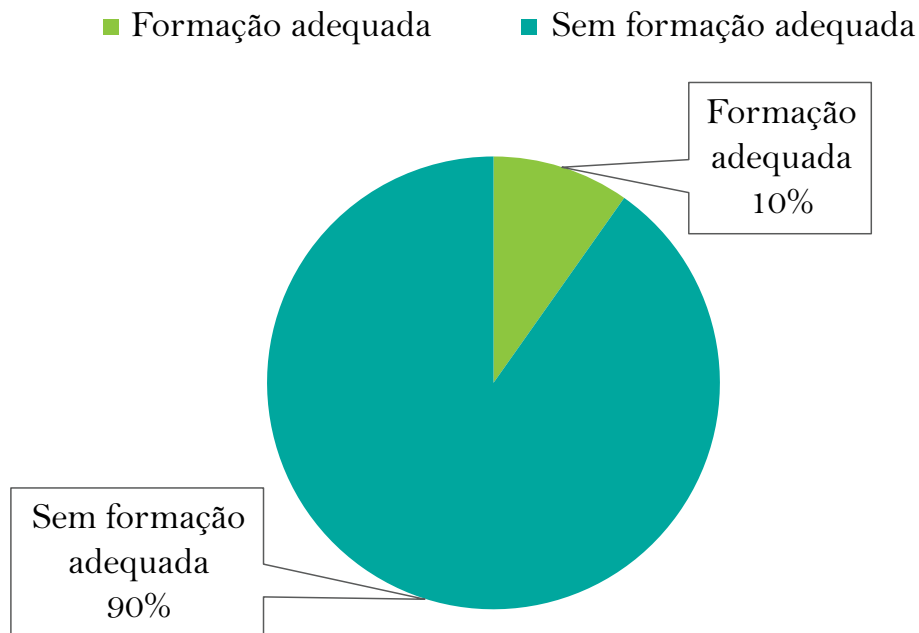
Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

Como se pode perceber, a maioria dos professores de sociologia possui formação em graduação ou em pós-graduação. Apenas cerca de 3,0% deles não possuem formação de nível superior. Destaca-se, ainda, a possível fragilidade dos conhecimentos específicos de sociologia daqueles que lecionam a disciplina, haja vista que somente

⁸ Desde 1997, foram realizados cinco concursos públicos para o magistério estadual do Ceará, totalizando pouco mais de 20 mil vagas para todas as disciplinas (Pessoa, 2021).

9,8% dos 2.217 docentes têm formação específica em sociologia (Gráfico 7). Esses números levam os investigadores a levantar a seguinte hipótese: a disciplina de sociologia é usada amplamente no estado do Ceará como forma de complementação de carga horária para docentes formados em disciplinas tradicionalmente estabelecidas no currículo do ensino médio.

Gráfico 7 – Adequação da formação dos/as docentes de sociologia do Ceará.



Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

Formação adequada: formação de graduação em Ciências Sociais/Sociologia. Sem formação adequada: formação de graduação em outros cursos.

O Gráfico 7, em relação à disciplina aqui discutida, mostra que nove de cada dez professores que ensinam sociologia não foram formados na disciplina. Sabendo disso, são feitas as seguintes questões: qual a formação predominante do docente de sociologia no estado do Ceará? As disciplinas de área de ciências humanas predominam ou há grandes distorções na formação de quem leciona sociologia? É importante sinalizar que

A ideia de que qualquer um pode ser professor dissemina-se pela falta de exigência de formação específica ou mesmo pela negligência do sistema educacional em reconhecer como um problema a atuação fora de área. Inclusive, a possibilidade de atuar em áreas diferentes de sua formação pode ser prejudicial à atratividade da carreira (Costa et al., 2020, p. 399-400).

Importa destacar também que o estado do Ceará – e o Brasil como um todo – profissionalizou trabalhadores da educação muito recentemente, visto que apenas na década de 1990 o país conseguiu aproximar-se da universalização do ensino fundamental; sendo a universalização da educação infantil e do ensino médio incompleta ainda hoje⁹. Essa profissionalização passou pela criação e pela expansão de universidades e de cursos de licenciatura, assim como pela criação de legislação específica que regulamenta a educação escolar no Brasil. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 foi essencial e abriu caminho para a reforma educacional da década de 1990, com a publicação de leis e outros documentos, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (1997).

Essas leis contribuíram para a universalização do ensino fundamental e para a profissionalização dos docentes no país. Outras legislações foram publicadas nas décadas seguintes e avançaram ainda mais a profissionalização do ensino: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, 2006), a Lei do piso salarial do magistério (2008), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014–2024), a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) e o Novo Fundeb (2020).

Todavia, apesar do aumento exponencial de pessoas com formação superior, surge a problemática de disciplinas lecionadas por pessoas sem formação específica em sociologia. Conforme já destacado, a hipótese da equipe de pesquisa é a de que a disciplina de sociologia, por ser *outsider*, é utilizada para a complementação de carga horária por pessoas que também lecionam disciplinas “estabelecidas”¹⁰, tais como: história, geografia – na mesma área do conhecimento –, matemática e português – de áreas diferentes.

⁹ Segundo a LDB, a educação básica obrigatória e gratuita se divide em: pré-escola (na qual é ofertada a educação infantil), ensino fundamental e ensino médio. Os dados mais atuais do Ceará no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipecedata) são de 2015. A taxa de escolarização líquida na educação infantil no estado do Ceará naquele ano era de 49,8%. Já no ensino médio era de 54,2%. No ensino fundamental, no mesmo ano, a taxa era de 89,6%. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/anuario.xhtml?cid=1> Acesso em: 14 set. 2022.

¹⁰ Usamos como referência a noção de *outsider* e de “estabelecido” dos autores Elias e Scotson (2000).

Para Elias e Scotson (2020), o fenômeno da dominação simbólica dos antigos (os estabelecidos) sobre os recém-chegados (os *outsiders*) pode ser observado em várias populações ao longo do tempo (eles citam o caso de Winston Parva, na Inglaterra, dos Burakumins, no Japão, Intocáveis, na Índia etc.) Os autores não estão se referindo a disciplinas, e, sim, a seres humanos, mas a lógica da prevalência do que veio primeiro sobre aquilo que é uma construção social mais nova inspira nossa equipe a pensar a relação de disciplinas tradicionais no currículo do ensino médio em relação àquelas, como a sociologia e a filosofia, que foram contempladas recentemente com o direito de cátedra na formação dos alunos do ensino médio, da mesma forma que Elias e Scotson se referem à “mais alta estima” de que gozavam as associações e clubes mais tradicionais de Winston Parva quando comparados àqueles mais recentes (Elias; Scotson, 2000, p. 137).

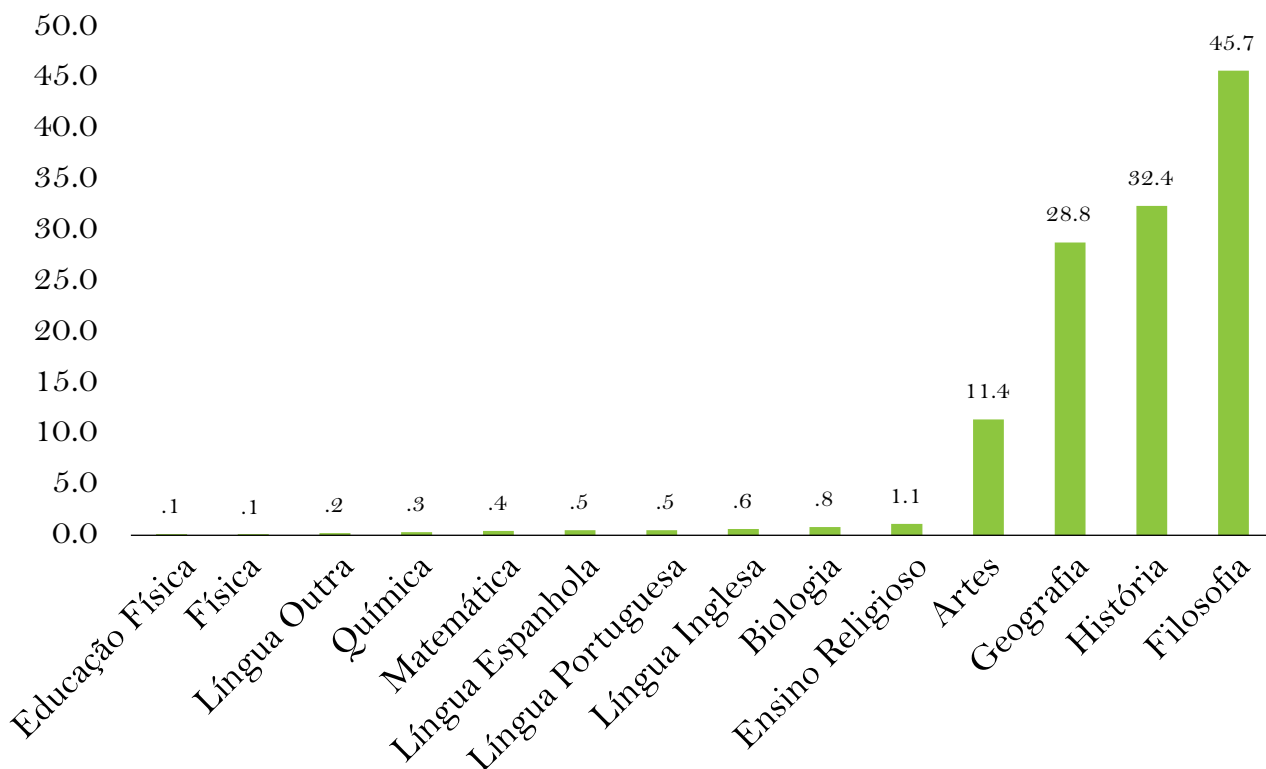
O caráter *outsider* da institucionalização de uma disciplina na escola básica se dá pelos seguintes motivos: por ter carga horária semanal mínima, por ser obrigatória há pouco tempo em relação às demais (no caso da sociologia, a obrigatoriedade é de 2008) e por ser abordada de forma apenas lateral em avaliações em larga escala, tais como: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no plano nacional, e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace), no plano estadual¹¹.

Disciplinas como história e geografia possuíam, em 2020, uma média de duas aulas semanais por turma, estando presentes no currículo ordinário há décadas. No caso de português e matemática, essa média subia para cinco aulas. Estas duas disciplinas também são as mais aferidas em avaliações em larga escala. Essas características indicam seus *status* de “estabelecidas”, seu prestígio simbólico é muito maior.

Dito isso, expomos o Gráfico 8 com informações sobre a formação das pessoas que lecionam sociologia no estado do Ceará sem formação adequada.

¹¹ O Enem é uma avaliação em larga escala que serve como monitorar o nível dos alunos que concluem o ensino médio. É usado amplamente por instituições de ensino superior como forma de entrada na universidade. O Saeb reúne uma série de medidas que servem para avaliar essa etapa da educação escolar. O Spaace é uma avaliação estadual que serve para monitorar o nível dos estudantes dessa etapa da educação no estado.

Gráfico 8 – Formação profissional dos/as docentes de sociologia do Ceará.

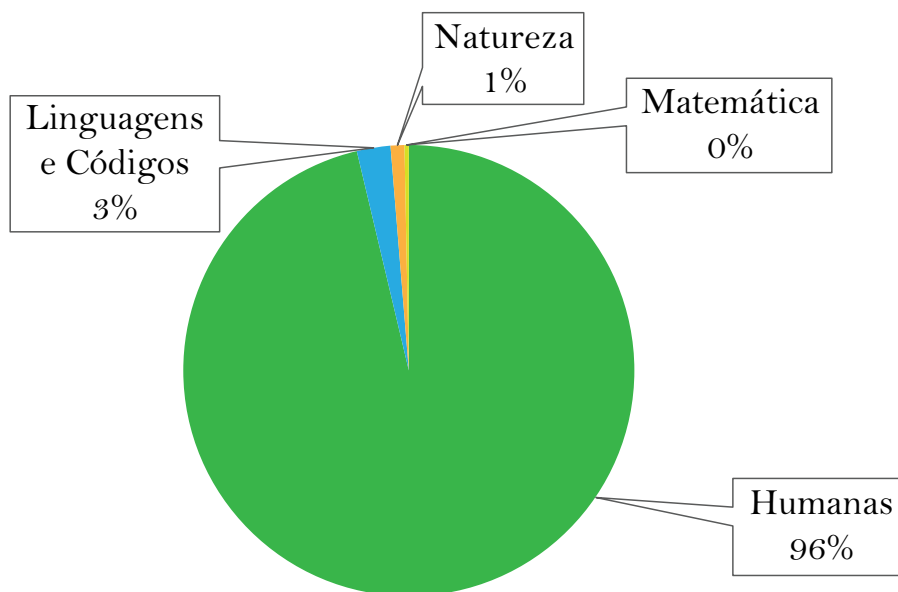


Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

A distribuição por área de conhecimento é apresentada no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Área de formação dos/as docentes de sociologia do Ceará.

■ Humanas ■ Linguagens e Códigos ■ Natureza ■ Matemática



Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Censo Escolar (Inep, 2020).

O Gráfico 9 confirma que a disciplina estudada não é exclusividade de profissionais formados em sociologia no Ceará, sendo uma regra a formação inadequada de quem a leciona, em cerca de 90,0% dos casos. Apesar disso, a situação é menos adversa, visto que 96,0% dessas pessoas com formação inadequada são formadas em cursos da mesma área: ciências humanas. A prevalência é de pessoas formadas em filosofia, representando quase 46,0% do total dos profissionais com formação diferenciada, seguidas daquelas com graduação em história (32,0%), geografia (29,0%) e ensino religioso (11,0%). Matemática e ciências da natureza são as áreas com menor incidência, com cerca de 1,5% das ocorrências.

Isso é resultado da forma de lotação na rede estadual do Ceará (responsável por cerca de 85% dos docentes de sociologia do estado), visto que há recomendação para que a lotação das disciplinas obedeça a alguns critérios, incluindo o seguinte: não havendo profissional formado na disciplina, que seja priorizada a lotação de outro profissional que atue na mesma área do conhecimento (Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019).

Essa prática converge com o que dispõe a Resolução nº 422/2008, do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), documento que tentou regulamentar o retorno de sociologia e de filosofia ao currículo obrigatório, ocorrido em 2008. A Resolução destaca que os docentes devem ter formação específica na disciplina em licenciatura, podendo também ser em bacharelado, desde que acompanhado de complementação pedagógica. Todavia, o documento destaca que:

a carência de professor legalmente habilitado para a docência dessas disciplinas [...] poderá ser suprida, temporariamente, [...] por professor que apresente:

I – Solicitação, ao órgão regional da SEDUC, de autorização temporária para o professor, feita pela instituição escolar ou pela mantenedora respectiva;

II – Comprovação de experiência de magistério em sala de aula de, pelo menos, 2 (dois) anos;

III – Diploma de Licenciatura Plena em qualquer área, tendo cursado, e registrado no histórico escolar, pelo menos 90 créditos (equivalentes a 1350 h) de disciplinas de conteúdos filosóficos ou sociológicos, para lecionar Filosofia ou Sociologia, respectivamente (Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará, 2008).

Apesar disso, o CEE informa na mesma Resolução de 2008 que as redes de ensino tinham um prazo de 24 meses para garantir que a disciplina de sociologia fosse ministrada apenas por pessoas com formação adequada. Como os dados do Censo

Escolar 2020 indicam, a decisão do CEE não se concretizou, havendo a prevalência de graduados em outras disciplinas lecionando sociologia¹².

Uma explicação para isso talvez sejam os critérios de lotação de professores em escolas da rede estadual do Ceará (repetimos: responsável por cerca de 85% dos docentes da disciplina no estado). A Portaria nº 1.589, de 19 de dezembro de 2019, estabelece esses critérios para o ano letivo de 2020, objeto de estudo aqui apreciado. O documento destaca a seguinte ordem de prioridade de lotação docente: professores efetivos com 40 h semanais, professores efetivos com 20 h semanais e, por fim, professores temporários (Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019). Essas prioridades afetam diretamente a disciplina de sociologia, visto cerca de dois de cada três docentes são temporários, logo, não têm prioridade de lotação, ficando com as “sobras” de carga horária deixadas pelos efetivos.

Todavia, a portaria ainda expõe mais elementos importantes: “é recomendável a concentração de carga horária do professor em uma mesma unidade escolar” (Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019). Ademais, o documento destaca o seguinte: “a lotação de professor nos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular será feita considerando sua habilitação específica ou, ainda, a área do conhecimento a que se vincula sua habilitação” (Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019). A Portaria indica que a própria Secretaria de Educação estimula que sejam feitos arranjos para que um docente concentre sua carga horária em um único estabelecimento. Além disso, expõe que a Secretaria iguala a formação específica com a formação na área, o que, por óbvio, abre margem para que pessoas formadas em filosofia, história, geografia e ensino religioso lecionem sociologia, conforme comprova o Gráfico 8.

A Portaria nº 1.589, da Secretaria de Educação (2019), se choca com a Resolução nº 422/2008, do CEE, destacando objetivos contrários para cada documento. Dessa forma, apesar da tentativa de atualização do sistema de ensino realizada pelo CEE com a lotação de docentes formados em sociologia lecionando a disciplina, a Secretaria

¹² Importa destacar que a Resolução do CEE ressalta apenas uma de suas competências previstas em lei: “manter atualizado o Sistema de Ensino do Estado, de acordo com as modificações que venham a ser operadas nas legislações federal e estadual” (Art. 7º, II, da Lei nº 11.014/1985) (Governo do Estado do Ceará, 1985). A lei indica que o CEE tem poder de sanção, mas não regulamenta como isso ocorre. Dessa forma, o fato de a Resolução não ter sido cumprida não acarretou qualquer tipo de sanção ao Poder Público.

de Educação realizou a opção de igualar a formação na área, abrindo caminho para que pessoas com formação em outras disciplinas possam lecionar sociologia.

A análise dos gráficos e dos documentos citados mostra que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará estimula o “intercâmbio” de funções entre profissionais que lecionam as disciplinas da mesma área, o que, de fato, ocorre no caso da sociologia, conforme indica o Censo Escolar 2020. O termo intercâmbio aqui é empregado como uma relação recíproca entre as disciplinas da área de ciências humanas: pessoas formadas em uma disciplina ganham a possibilidade de lecionar outras disciplinas da mesma área, visto que sua formação passa a equivaler à formação de qualquer disciplina da mesma área, conforme indicam os documentos analisados. A opção dos autores em analisar dados da disciplina sociologia confirma o intercâmbio para lecionar essa disciplina. Não foi objetivo deste texto descobrir se outras disciplinas da área passam pelo mesmo processo.

Considerações finais

A investigação realizada indica uma de várias visões possíveis sobre o tema, além da particularidade do caso de escolas do estado do Ceará, e, mais especificamente, regulamentos da rede estadual do Ceará. Dessa forma, encorajamos outras pessoas a investigarem a questão na rede de ensino aqui estudada ou em outras, a fim de buscarmos um entendimento amplo sobre a formação de docentes de sociologia no ensino médio brasileiro. O intercâmbio entre formações da área de ciências humanas estimulado pela rede estadual do Ceará se aplica no caso da disciplina de sociologia. Outras investigações podem chegar ao mesmo ou a outros resultados no caso de outras disciplinas da área: filosofia, história, geografia etc.

Dito isso, destacamos as principais considerações sobre o texto: a disciplina de sociologia é ministrada na rede estadual do Ceará por um batalhão de profissionais temporários, cerca de 2/3 do total, o que abre margem para a precarização do trabalho. Essa dificuldade é maior para mulheres, visto que são a maioria em cargos temporários.

Docentes de sociologia da rede estudada possuem, em geral, formação superior, o que é fruto de políticas públicas que foram implementadas no Brasil nas últimas décadas, incluindo a expansão de instituições de ensino superior. Não podemos deixar de destacar o importante papel do piso salarial do magistério na

tentativa de valorização da carreira docente, que teve um aumento de mais de 480%, entre 2009 e 2024.

Considerando o universo da disciplina de sociologia em escolas do estado do Ceará, destacamos a grande proporção de pessoas que lecionam sociologia, mas são graduadas em outros cursos: mais de 90% do total.

Dessa forma, por um lado, conseguimos apreender – por meio da análise de documentos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que concentra quase 85% dos docentes da disciplina – que existe recomendação para que docentes concentrem suas horas de trabalho em um único estabelecimento de ensino, o que requer, em muitos casos, que lecionem outras disciplinas, além daquelas de sua formação de origem. Por outro lado, a Secretaria, na prática, iguala a formação em disciplina específica com a formação na área de estudos, abrindo caminho para que pessoas graduadas em história, geografia, filosofia e ensino religioso sejam lotadas na vaga de sociologia e criando o que chamamos de “intercâmbio” entre as disciplinas da área.

Referências

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.

Cellard, A. (2014). A análise documental. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, A. P. Pires, . . . M. Kérisit (Eds.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará. (2008). Resolução n. 422, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia a serem ministradas pelas escolas do Sistema de Ensino do Estado do Ceará, no curso de ensino médio, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. Recuperado em 14 de setembro de 2022 em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0422-2008.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Costa, M. F., & Mueller, R. (2021). Flexibilização e precarização do trabalho docente: Uma análise das condições de trabalho dos Professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 1(53), 181-197. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321>

Costa, R., Britto, A., & Waltenberg, F. (2020). Efeitos da formação docente sobre resultados escolares do ensino médio. *Estudos Econômicos*, 50(3), 369-409. <https://doi.org/10.1590/0101-41615031raf>

Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Governo do Estado do Ceará. (1985). Lei n. 11.014, de 9 de abril de 1985. Dispõe sobre o Conselho de Educação do Ceará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (2020). *Microdados do censo escolar 2020*. Brasília: o autor.

Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília. *Diário Oficial da União*.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*.

Pessoa, Márcio Kleber Morais (2021). *Análise das transformações na organização do trabalho docente de professores da rede estadual do Ceará*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará.

Secretaria de Educação do Estado do Ceará. (2019). Portaria n. 1.589, de 19 de dezembro de 2019. Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2020, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*.

Universidade Federal do Paraná – UFPR, & Universidade Federal do Goiás – UFG. (2020). *Plataforma de dados educacionais*. Curitiba: Laboratório de Dados Educacionais. Recuperado em 12 de outubro de 2022 em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br>

Submetido em: julho de 2024

Aceito em: dezembro de 2024

Sobre os autores

Domingos Sávio Abreu

Professor titular de sociologia da UFC. Graduação e mestrado em sociologia em Lyon 2 (França). Doutorado em sociologia na UFC. Estudos na área da família, da escola, do bolsa família e da violência.

E-mail: domingos_edu@yahoo.com.br

Márcio Kleber Moraes Pessoa

É sociólogo e professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: mkpceara@hotmail.com

Gabriela Schneider

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2007), mestrado (2010) e doutorado em Educação (2014) pela mesma universidade. Professora do Departamento de Planejamento e Administração e do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. É uma das coordenadoras do Laboratório de Dados Educacionais. Editora adjunta do Jornal de Políticas Educacionais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: condições de qualidade, infraestrutura escolar, indicadores educacionais e financiamento da educação.

E-mail: gabriela0905@hotmail.com

Alessandra Biscaia de Andrade

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Políticas Educacionais, pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Educação e graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Integra o Laboratório de Dados Educacionais, com experiência em análise e interpretação de dados e indicadores educacionais.

E-mail: aleeandrade17@gmail.com